

participação social

Informativo da Secretaria-Geral da Presidência da República

Março de 2006

PROJOVEM

Programa abre inscrições em todo o País para as turmas de 2006

Divulgação ProJovem/RR



DESDE SETEMBRO de 2005, jovens freqüentam as aulas do ProJovem em Boa Vista (RR)



Jovens de 18 a 24 anos que cursaram a 4ª série do ensino fundamental e não terminaram a 8ª, que residem nas capitais e no Distrito Federal e não têm emprego com carteira assinada podem inscrever-se no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

O ProJovem garante a conclusão do ensino fundamental, a habilitação em uma profissão e o incentivo de R\$ 100 por mês para cada aluno. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas, diariamente, pelo telefone 0800 642 7777. **página 3**



ENTREVISTA

O Secretário Nacional de Juventude, Beto Cury, destaca em entrevista a importância estratégica de o Estado brasileiro reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e de políticas públicas específicas. **página 8**

SALÁRIO MÍNIMO

Em uma conquista histórica, trabalhadores readquirem o direito de negociar o valor do salário mínimo. Desde 1964, as centrais sindicais não sentavam à mesa com o governo brasileiro para discutir a questão. A negociação garantiu o mínimo de R\$ 350,00 a partir de abril. **página 11**

BRASIL ALFABETIZADO

O Governo está desenvolvendo, no âmbito do programa Brasil Alfabetizado, ações para reduzir o analfabetismo entre os jovens. A iniciativa é uma parceria da Secretaria Nacional de Juventude e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **página 2**

Julio César Paes/MEC



BRASIL ALFABETIZADO cria ações específicas para a juventude



Governo combate o analfabetismo entre os jovens

Os esforços do governo federal para garantir a inclusão social dos jovens brasileiros ganham mais força em 2006. Parceria entre os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Juventude, ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República, vai garantir um enfoque específico à alfabetização dos jovens, no âmbito do programa Brasil Alfabetizado.

O objetivo é chegar ao jovem analfabeto e motivá-lo a aprender e a cursar, pelo menos, o ensino fundamental. “Reduzir o analfabetismo entre os jovens é um dos nove desafios enfrentados pela Política Nacional de Juventude. Queremos recuperar esta dívida histórica que o Brasil tem com estes meninos e meninas e fazer que eles se integrem à vida cidadã”, diz o secretário nacional de Juventude, Beto Cury.

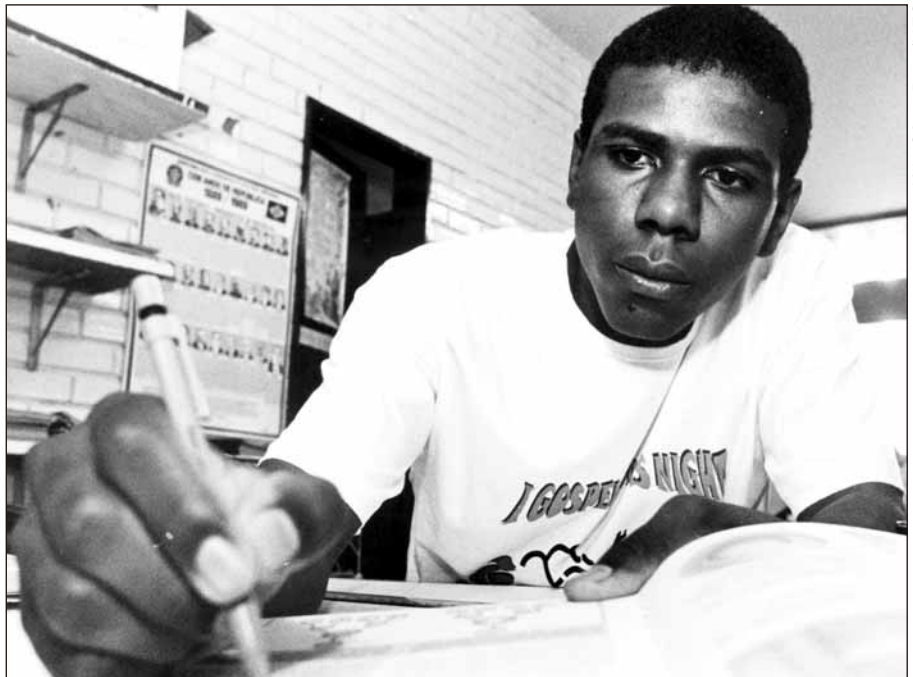
O trabalho será feito em duas frentes: parceria governamental e mobilização de entidades da sociedade civil.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome acionará sua rede de programas, especialmente na área da assistência social, para mobilizar as famílias e os jovens.

Nas zonas rurais, a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário será fundamental, já que nessas regiões o analfabetismo entre os jovens é maior.

O Ministério da Educação está desenvolvendo material pedagógico específico, com a linguagem e temática de interesse da juventude, visando a motivar o ingresso e a permanência dos jovens nos centros de alfabetização e, depois, nas salas de educação de jovens e adultos.

“As entidades sociais serão fundamentais para localizar e atrair os jovens para as salas de aula”, afirma Beto Cury. O projeto foi apresentado ao Conselho Nacional de Juventude, no início de março, e diversas entidades já manifestaram apoio e interesse em participar. “Queremos quebrar as resistências e a vergonha que essa parcela da juventude tem em assumir que é



Júlio César Paes/MEC

AÇÕES CONJUNTAS para reduzir o analfabetismo entre os jovens



analfabeta, no século da informática e das comunicações”, diz o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, Ricardo Henriques. Além disso, uma resolução editada pelo ministério vai possibilitar que organizações sociais e órgãos dos poderes públicos apresentem propostas de alfabetização de jovens.

Segundo o Censo de 2000, dos 48 milhões de jovens brasileiros de 15 a 29 anos, 2,8 milhões são analfabetos. Quase metade deles vive na região Nordeste (1,7 milhão). Na região Sudeste, há cerca de 477 mil jovens analfabetos, 306 mil na região Norte, 130 mil na região Sul e cerca de 108 mil no Centro-Oeste. ◆



ProJovem abre inscrições em 26 capitais

Estão abertas as inscrições para as turmas de 2006 do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) em todas as capitais do País, com exceção de Recife, que já encerrou o processo de inscrição no ano passado. Podem participar os jovens de 18 a 24 anos que completaram a 4ª série e ainda não concluíram a 8ª série do ensino fundamental, que residem nas capitais e não têm carteira assinada. As inscrições começaram em 13 de março e vão até 6 de maio, são gratuitas e podem ser feitas pelo telefone 0800 642 7777, diariamente, inclusive domingos e feriados, das 7h às 23h.

Lançado pelo presidente Lula em fevereiro de 2005, o ProJovem é um programa inovador que integra ações de elevação da escolaridade, formação profissional e o desenvolvimento de ações de interesse comunitário. O curso dura um ano e inclui as disciplinas do ensino fundamental, aulas de inglês e de informática, o

aprendizado de uma profissão e atividades comunitárias. Cada aluno recebe um incentivo de R\$ 100 por mês, desde que cumpra 75% de frequência às aulas e das atividades programadas.

Coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, em conjunto com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa é desenvolvido em parceria com as prefeituras municipais e está implantado em todas as capitais brasileiras.

“É uma oportunidade para que o jovem, especialmente aquele que se encontra em situação mais vulnerável, volte a estudar e possa se preparar melhor para o mundo do trabalho e para exercer a cidadania”, destaca a coordenadora nacional do ProJovem, professora Maria José Féres. São 1.200 horas de aulas do ensino fundamental, 350 horas de formação profissional e 50 para atividades de interesse comunitário. Os alunos serão avaliados durante todo o curso e ainda será aplicado um exame nacional externo para fins de certificação do ensino fundamental.

No final do curso, o aluno estará habilitado para operar computadores com os programas mais utilizados no mercado e para exercer tarefas diversificadas numa mesma área profissional. No âmbito do ProJovem, o governo federal sugere 23 arcos profissionais, cada um deles com quatro ocupações. A prefeitura define os quatro cursos de qualificação profissional que são oferecidos aos alunos, conforme a demanda do mercado local.

Transparência – Depois de realizadas as inscrições, se o número de candidatos for maior que o número de vagas, é feito um sorteio público, controlado por computador e supervisionado pela Controladoria-Geral da União, para definir os jovens que deverão fazer a matrícula. Os sorteados receberão uma carta informando o prazo e o local onde deverão fazer suas matrículas, bem como os documentos a ser apresentados. As aulas começam logo após a efetivação das matrículas em cada núcleo do ProJovem. ◆





Educadores aprovam projeto pedagógico do ProJovem

Divulgação ProJovem/RR



AO LADO DA FILHA, Nilcineide assiste às aulas do ProJovem em Boa Vista e renova a esperança de uma vida melhor



“**M**ais do que um programa que já beneficia, na cidade, perto de 800 alunos, a experiência do ProJovem em Boa Vista tem sido fantástica”, diz a coordenadora pedagógica do programa, Simone Andrade Queiroz. Ela explica que, há muitos anos, os educadores defendem a abordagem pedagógica interdisciplinar e só agora encontraram a grande oportunidade de praticar esses conceitos. “É tudo muito novo para nós – diz ela –, mas a grande vantagem é que estamos construindo juntos, com alunos e professores, um processo muito produtivo de formação continuada e de supervisão pedagógica constante”.

Professores, formadores profissionais e assistentes sociais passaram por um curso de 160 horas, ministrado por instituições formadoras, como a Fundação Darcy Ribeiro, do Rio de Janeiro. Essa trajetória já tem reflexos importantes para outras pessoas. “Nenhum de

nós será o mesmo depois de passar pelo ProJovem e com toda certeza seremos pessoas muito melhores”, garante Simone Queiroz.

José Carlos da Costa Lopes, 31 anos, é um exemplo disso. Ele confessa que não sabia o que fazer da vida antes de conhecer o ProJovem. Trabalhou em madeiras, estudou até o nível médio, fez o curso profissionalizante no Senai, foi mecânico, vendedor de carros e hoje é funcionário público estadual, como técnico em mecânica. Selecionado pela coordenação municipal, ele ingressou no ProJovem como formador profissional na área de metalmeccânica, em Boa Vista. “Agora eu descobri que quero mesmo é ser professor, voltei a estudar, estou me preparando para o vestibular e vou fazer o curso Normal Superior”, diz ele.

Logo nas primeiras atividades no núcleo do ProJovem que funciona na Escola Municipal Professora Maria Gertrudes, José Carlos





percebeu que muitos dos alunos eram inseguros na hora de escrever, outros tinham vergonha da própria letra. Ele tomou a iniciativa e, junto com o professor Gladstone, de Língua Portuguesa, começou a desenvolver atividades de caligrafia com os alunos. “Eles têm de ter boa letra, senão como vão preencher fichas de emprego?” pergunta, sem nenhum pudor de reconhecer que também está praticando caligrafia. “É para escrever na lousa de forma bem legível”.

Para a Prefeitura de Boa Vista, o ProJovem também tem sido uma lição. A Secretária Municipal de Educação, Stela Aparecida Dana da Silveira, conta que, desde que foi assinado o convênio com o governo federal, as equipes de

técnicos da prefeitura passaram a estudar profundamente a proposta pedagógica e os manuais de implantação elaborados pela Coordenação Nacional do ProJovem. Segundo ela, a proposta do ProJovem será aproveitada em outras ações sociais da prefeitura.

O transporte social, por exemplo, que permite aos estudantes pagar metade do valor da passagem de ônibus, já foi estendido aos alunos do ProJovem. O passo seguinte será incluí-los nas ações preventivas de saúde, de combate ao uso de drogas e de exercício da cidadania. E todos os que se formarem no programa terão lugar garantido na modalidade de nível médio da Educação de Jovens e Adultos. ◆

ARCOS PROFISSIONAIS OFERECIDOS PELO PROJOMEM:

- Telemática
- Construção e reparos I
- Construção e reparos II
- Turismo e hospitalidade
- Vestuário
- Administração
- Serviços pessoais
- Serviços domésticos I

- Serviços domésticos II
- Esporte e lazer
- Metalmeccânica
- Madeira e móveis
- Arte e cultura I
- Arte e cultura II
- Saúde
- Gestão pública e 3º setor

- Educação
- Transporte
- Alimentação
- Gráfica
- Joalheria
- Agroextrativismo
- Pesca e piscicultura

Divulgação ProJovem/RR.



JOSÉ CARLOS descobriu sua vocação na sala de aula do ProJovem

◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆
“Agora eu descobri que quero mesmo é ser professor, voltei a estudar, estou me preparando para o vestibular e vou fazer o curso Normal Superior.”
◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆ ◆



ProJovem resgata cidadania de jovens em Recife

O segredo da aceitação do ProJovem pelos alunos de Recife pode estar na concepção inovadora do programa. O brilho nos olhos e o sorriso largo não deixam dúvida: Clênia Santos de Lima, 19 anos, quer mudar de vida e deposita sua expectativa no ProJovem. Ela estudou até a 5ª série do ensino fundamental e está matriculada há seis meses no núcleo da Associação de Moradores da UR-2, no bairro do Ibura, zona sul de Recife. “Aqui é muito bom e diferente da escola comum. As pessoas são mais legais, os professores tratam você como amigo e eu sinto que estou recomendo”.

Moabe Soares dos Santos, de 18 anos, também está entusiasmado. Concluiu a 5ª série e acha que participar do programa foi uma das boas coisas que lhe aconteceram nos últimos meses. “O companheirismo aqui é muito grande, o que motiva bastante. Além disso, estamos desenvolvendo um aprendizado social que nos dá chance de ajudar nossa comunidade a discutir e a enfrentar alguns problemas mais visíveis e urgentes, como as drogas, a violência e a agressão ao meio ambiente.

Para a professora de Matemática Audaci Silva, esse entusiasmo dos alunos tem motivo: “O ProJovem funciona como porta de entrada para novos projetos de vida, ao permitir aos jovens melhores oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho e a possibilidade de atuar no campo social em projetos na própria comunidade”. Segundo ela, os professores escolhidos passaram por uma seleção criteriosa e por um processo de formação específico, executado por especialistas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com a orientação da Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), do Rio de Janeiro.

As atividades comunitárias também são ressaltadas como ponto de motivação pelas

professoras Edneide Brasil (Inglês) e Rosângela Maria (Língua Portuguesa). “Em dezembro de 2005, fizemos uma gincana envolvendo a maioria dos alunos e conseguimos arrecadar boa quantidade de alimentos para a comunidade, além de livros, com os quais pudemos montar uma biblioteca em cada sala de aula, a maioria delas já em funcionamento”, afirmou Rosângela.

As professoras destacam ainda que o material didático utilizado é de primeira qualidade e que a formação continuada tem sido essencial para a atualização durante todo o curso. Essa prática prepara os docentes para desenvolver, em sala de aula, um plano de estudos e de atividades integradas, com a participação conjunta dos professores, dos orientadores, dos qualificadores profissionais e assistentes sociais.

Em Recife, estão em funcionamento 48 núcleos e sete estações em diversos bairros. Em março, a prefeitura abriu a oitava Estação Juventude, totalizando 9.600 alunos matriculados desde julho de 2005, quando foi implantado o ProJovem no bairro do Ibura. O bairro, onde estão matriculados 1.200 jovens, está localizado em uma região da capital pernambucana que registra os maiores índices de violência, de acordo com pesquisa da Secretaria de Defesa Social do estado. De janeiro de 2004 a agosto de 2005, ocorreram 165 mortes por causas não naturais.

“Recife é uma das cidades mais desiguais do Brasil. Cidade vítima de uma história de exploração do povo. O nosso objetivo é combater essa situação por meio de programas de inclusão social, como o ProJovem, que proporciona o resgate da cidadania e a oportunidade de uma melhor qualidade de vida”, diz o prefeito de Recife, João Paulo. ◆

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem

Inscrições: até 6 de maio, diariamente (inclusive domingos e feriados), de 7h às 23h

Telefone: 0800 642 7777 (ligação gratuita)

Informações necessárias: nome, identidade, nome da mãe e endereço (se possível, com o CEP e telefone de contato)



Brasil compartilha experiências de transformação social

O Brasil foi o país que enviou o segundo maior número de representantes dos movimentos sociais ao VI Fórum Social Mundial, realizado em Caracas, Venezuela. Ao todo, mais de duas mil entidades estiveram representadas no evento, que contou com a participação de cerca de 80 mil pessoas.

Integrantes do governo também foram convidados para o evento entre eles o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; o então ministro Miguel Rossetto, do Desenvolvimento Agrário; Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos; além de Marco Aurélio Garcia, assessor especial do Presidente da República para assuntos internacionais; e Giorgio Romano, então assessor internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

“Fomos convidados porque há um interesse grande dos movimentos sociais da América Latina e do mundo inteiro por várias

Henrique Parra/ciranda.net.



EM CARACAS, milhares de pessoas participam da marcha de abertura do VI Fórum Social Mundial

experiências inovadoras do governo brasileiro em políticas públicas, entre elas: direitos das mulheres, combate ao racismo, reforma agrária e preservação ambiental. Mas viemos também para conhecer a rica experiência da sociedade civil de outros países, porque o fórum não é uma reunião de autoridades governamentais, mas um encontro da sociedade civil internacional”, observou o ministro Luiz Dulci.

O ministro Dulci foi convidado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento para debater o tema “Globalização, Poder e Desenvolvimento: o desafio de construir uma nova ordem econômica mundial”. Também participaram do debate o economista egípcio Samir Amim e a norte-americana Lori Wallach, diretora do *Public Citizen*.

As políticas brasileiras voltadas para a juventude também foram tema de discussão no fórum. A Secretaria Nacional de Juventude esteve representada pela secretária-adjunta e presidente do Conselho Nacional de Juventude, Regina Novaes, que explicou a metodologia e os resultados da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia”. O estudo revelou que os jovens que vivem nas regiões metropolitanas demonstram grande interesse pela política e desejam maior participação na vida pública. A pesquisa foi coordenada por organizações não-governamentais brasileiras e pelas entidades canadenses *Canadian Policy Research Networks* e *International Development Research Centre (IDRC)* e contou, desde o início, com a participação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Regina Novaes também participou de duas mesas na Universidade da Venezuela, quando exibiu um vídeo sobre os jovens brasileiros e fez um balanço dos avanços e dos desafios para a consolidação da Política Nacional de Juventude, que está em implementação no Brasil.

Para reunir brasileiros e estrangeiros interessados em conhecer um pouco mais da realidade brasileira, foi construído o Espaço Brasil, um estande de 300 metros quadrados montado pela Petrobras, onde os visitantes puderam saber mais sobre diversos projetos do governo na área social. ◆





Governo investe em políticas públicas para jovens

Antonio Cruz/ABR



O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE, Beto Cury, avalia avanços e desafios das políticas para os jovens



Olhar o jovem de uma nova maneira, entender as singularidades da juventude e garantir direitos a essa geração são fatores fundamentais para consolidar a democracia no Brasil, com inclusão social. A análise é do secretário nacional de Juventude, Beto Cury, que nesta entrevista discute as principais políticas voltadas para os jovens. Ele defende a tese de que o Estado tem de reconhecer que o jovem é portador de direitos e que os gestores públicos precisam direcionar políticas e programas para esse segmento. E lembra: “o jovem não deve ser visto como futuro, mas como presente; e não terá futuro, se não houver ações efetivas para enfrentar os graves problemas que afligem a população jovem no Brasil de hoje.”

Como foi o processo de criação da Secretaria Nacional da Juventude?

A secretaria foi criada em 1º de fevereiro de 2005. Tanto a Secretaria quanto o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem são resultado de propostas do Grupo Interministerial de Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A primeira ação do grupo foi fazer um diagnóstico do público jovem, na faixa etária de 15 a 24 anos, e o quadro era muito dramático. Também listamos as diversas ações e programas que o governo federal já vinha desenvolvendo, alguns vindos de governos anteriores e a maior parte criada durante o governo Lula. O papel da secretaria é fazer a articulação e a integração entre os programas existentes, ampliando a eficácia e assegurando que a somatória destes programas configure uma política nacionalmente articulada. É bom destacar que tudo isso foi aprovado por unanimidade no Congresso, sinal de que a necessidade de o Brasil implementar uma política de juventude é hoje consenso entre os partidos, os poderes públicos e a sociedade civil. O Brasil entra nessa temática de maneira muito forte.

Quais foram as propostas do grupo interministerial?

Levantamos nove grandes desafios para orientar uma Política Nacional de Juventude no Brasil: ampliar o acesso à escola pública de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; gerar trabalho e renda; qualificar para o mundo do trabalho; ampliar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; assegurar direitos humanos e política afirmativa; promover vida saudável; ampliar o espaço de cidadania e participação social do jovem; e



Expediente

Esta é uma publicação da Secretaria-Geral da Presidência da República

Jornalista responsável: Dorian Vaz (MG 04541 JP)

Coordenador: Fábio Kerche

Redação: Janaina Santos, José Eustáquio de Freitas, Marina Spínola

Assessora: Catherine Alves

Secretária: Patrícia Memória

Endereço: Pça. dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar – 70150-900 – Brasília-DF

Telefone: (61) 3411-1225

www.presidencia.gov.br/secgeral





melhorar a qualidade de vida do jovem que mora no campo e nas comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e outros. Estes nove desafios passaram a orientar as ações do governo federal. Também criamos o Conselho Nacional de Juventude, instalado em agosto de 2005, como um espaço de diálogo entre governo e entidades que trabalham com a temática juvenil, onde se discutem programas com foco na juventude brasileira. Percebemos ainda que havia uma parcela da juventude em posição bastante vulnerável, que não era beneficiada por nenhum tipo de programa. Decidimos, então, criar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Diante da situação em que se encontra a juventude brasileira, o que o conjunto do governo pode fazer?

Já está fazendo. No campo da educação, por exemplo, o governo lançou o ProUni, que, em 2005, assegurou 112 mil bolsas em universidades privadas para jovens de menor poder aquisitivo e outras 130 mil em 2006. Propôs também a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que amplia os recursos direcionados à educação, desde a creche até o ensino médio. Para ampliar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação, há o Projeto PC Conectado, o Programa Segundo Tempo e os Pontos de Cultura. Para melhorar a qualidade de vida do jovem no campo e nas comunidades tradicionais, há o Pronaf Jovem, que é uma linha de crédito específica para os jovens, e o programa Nossa Primeira Terra, que possibilita aos jovens comprar imóvel e investir em infra-estrutura. Para qualquer um dos nove desafios há exemplos de ação efetiva do governo federal.

Neste primeiro ano de atividade da Secretaria Nacional de Juventude, quais foram os principais resultados?

Já implantamos o ProJovem em todas as 27 capitais brasileiras, 213 mil jovens se inscreveram e mais de 90 mil jovens estão matriculados. Inserimos a juventude como objeto de políticas públicas específicas em todos os níveis de governo no País. A secretaria tem também buscado se reafirmar como referência de políticas de juventude e o

resultado tem sido a criação de espaços institucionais de juventude, como os conselhos locais e regionais e os órgãos públicos que se encarregam da temática nos estados e nos municípios. Isso é fundamental para consolidar a temática como política de Estado, para constituir uma rede que passa pelas três esferas da Federação.

Quais foram os principais desafios encontrados?

O principal obstáculo hoje é construir uma cultura juvenil entre os gestores públicos. Entendemos que garantir direitos aos jovens é fundamental para consolidar uma democracia com inclusão social e criar uma cultura que entenda a juventude numa dimensão republicana. O jovem deve ser reconhecido como portador de direitos e nós – gestores públicos – precisamos direcionar políticas e programas para enfrentar os problemas que existem. Não é coincidência que os indicadores sociais entre os jovens sejam mais graves do que os verificados na média da sociedade.

Quais são as prioridades da secretaria para 2006?

Vamos consolidar o ProJovem nas 27 capitais e temos capacidade para atender a 200 mil jovens. Vamos fortalecer o Conselho Nacional de Juventude como espaço privilegiado de diálogo entre governo e sociedade civil na implementação da política de juventude. O conselho vai realizar, no mês de agosto, um seminário nacional e vai produzir um documento para orientar os poderes públicos na implementação de política de juventude no Brasil. Também vamos consolidar a nossa relação com a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ). Vamos dar continuidade à construção de processos efetivos de integração de programas. Temos avançado muito no diálogo com o Ministério da Educação e firmamos uma parceria para iniciar imediatamente um programa para combater o analfabetismo entre os jovens; ou seja, estamos acabando com aquela cultura de que jovem é futuro. Jovem é presente e não terá futuro se no presente não houver ações efetivas que possam enfrentar os graves problemas que os afligem. ◆



Conselho Nacional de Juventude debate projetos na Câmara dos Deputados

O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Juventude foi debatido pelo Conselho Nacional de Juventude com parlamentares que integram a Comissão Especial de Política para a Juventude. O debate ocorreu na Câmara dos Deputados, durante a 3ª Reunião Ordinária do Conselho, no último mês de março.

O Plano Nacional de Juventude vem sendo discutido em vários estados em audiências públicas e conferências regionais organizadas pela Comissão Especial de Políticas para a Juventude. O plano, entre outras propostas, prevê regulamentação mais rígida para a propaganda de bebidas alcoólicas e aborda a reserva de vagas nas universidades públicas e conquistas e demandas da juventude em setores como cultura, esportes, educação, segurança e trabalho.

Os conselheiros defenderam também a agilização na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 138/03, em audiência com o deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), presidente da Câmara dos Deputados. A PEC trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude e estende aos jovens de 15 a 29 anos direitos já assegurados à criança e ao adolescente, como à alimentação, vida, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária e saúde.

A PEC, que já foi aprovada em comissão especial e deverá ser votada em dois turnos, também prevê a aprovação de lei que institui o Estatuto da Juventude e a implantação do Plano Nacional da Juventude. Os conselheiros sugeriram também o “aprimoramento legal posterior das questões de aprendizagem”, como, por exemplo, a construção de mecanismos que estabeleçam condições de igualdade para os trabalhadores maiores de 18 anos, a criação de instrumentos de controle sobre a frequência escolar dos aprendizes, entre outras medidas.

Ao longo de 2005, o Conselho Nacional de Juventude teve outras importantes iniciativas, como a aprovação de moção de apoio à

regulamentação da Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/00), considerada pelos conselheiros um importante instrumento de política pública de prevenção e erradicação do trabalho infantil e de preparação de jovens para o mercado de trabalho.

O QUE É O CONSELHO

O Conselho Nacional de Juventude foi instituído pelo governo federal em fevereiro de 2005. Parte fundamental da Política Nacional de Juventude e inédito na história do País, o conselho foi criado com objetivo de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação das ações do governo para a área da juventude.

O conselho é órgão consultivo integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República e formado por 20 conselheiros representantes do poder público e 40 da sociedade civil de todas as regiões do País. Além da Secretaria Nacional de Juventude, fazem parte do conselho todos os ministérios que têm programas voltados para os jovens, a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados, o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e representantes das associações de prefeitos.

A parcela da sociedade civil no conselho reflete a diversidade de atores sociais que podem contribuir para o sucesso da Política Nacional de Juventude. Dentre os 40 conselheiros da sociedade – dois terços da composição do conselho –, há representantes dos movimentos juvenis, organizações não-governamentais, especialistas e personalidades com reconhecido trabalho voltado para a juventude. O conselho contempla ainda as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira – do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas, dos trabalhadores rurais e urbanos aos negros, indígenas e quilombolas, das mulheres aos empreendedores, do *hip-hop* aos participantes de organizações religiosas. ◆



Trabalhadores obtêm conquista histórica

A partir de abril, os trabalhadores que ganham salário mínimo receberão R\$ 350,00. O aumento real de 13% foi possível depois de negociações entre o governo federal e as centrais sindicais. Desde 1964, as centrais não sentavam à mesa com o governo brasileiro para discutir o valor do salário mínimo. Mais de 40 anos depois, os trabalhadores readquiriram esse direito.

Para o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que coordenou o processo, a negociação foi histórica, tanto para o governo quanto para as entidades sindicais. “O resultado provocará um impacto positivo no mercado de trabalho e vai ajudar a reduzir as diferenças salariais e distribuir melhor a renda”, disse.

O envolvimento direto das centrais sindicais nas negociações possibilitou que o governo apresentasse ao Congresso Nacional uma proposta mais condizente com as expectativas dos trabalhadores e mais adequada ao orçamento federal. O debate representou, ainda, o fortalecimento das centrais e o reconhecimento do seu papel de interlocução e de defesa dos interesses da classe trabalhadora (organizada e não organizada) no âmbito do governo federal.

“Esse é um dos resultados concretos da participação social na gestão do presidente Lula”, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, que também participou do processo de negociação. Ainda é resultado do acordo a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física em 8%, já a partir de fevereiro.

Além dos ministros Marinho, Dulci e Nelson Machado, da Previdência Social, participaram das negociações representantes do ministério do Planejamento e da Casa Civil. Os trabalhadores foram representados pela Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), Central Geral dos Traba-



NEGOCIAÇÃO ENTRE governo e centrais sindicais assegura aumento no valor do salário mínimo



lhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical e Social Democracia Sindical (SDS).

Para consolidar essas conquistas, já em fevereiro começaram as reuniões da comissão especial para propor uma política permanente de valorização do salário mínimo, com a participação do governo federal, trabalhadores, aposenta-

dos e empresários, além de representantes dos governos estaduais e municipais, que compareceram como convidados.

Aumento real de 13% – Em três anos, o valor do salário mínimo aumentou 75%, passando de R\$ 200,00, em janeiro de 2003, para R\$ 350,00, a partir de abril de 2006, o maior aumento dos últimos 25 anos. O novo valor do salário mínimo representa um crescimento real da ordem de 13% em relação ao ano passado. A medida vai causar um impacto direto em cerca de 24 milhões de pessoas, entre trabalhadores e beneficiários da Previdência que recebem um salário mínimo por mês. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE, de 2004), aproximadamente 7,6 milhões de trabalhadores recebem a quantia exata de um salário mínimo e outros 15,3 milhões são aposentados e pensionistas, que também recebem o mínimo.

O aumento do poder de compra é outra conquista da classe trabalhadora. Em janeiro de 2003, por exemplo, o mínimo comprava 63 kg de feijão. Em abril deste ano, o salário será suficiente para comprar 133 kg de feijão – um aumento de mais de 100%. A elevação do poder de compra do novo salário também é comprovada em outros itens da cesta básica. Em 2003, era possível comprar 131 kg de arroz e 26 kg de carne. Agora, com o salário mínimo, é possível comprar 257 kg de arroz e 38 kg de carne. ◆



Prêmio estimula reflexão crítica da juventude

Estão abertas até o dia 12 de maio as inscrições para o Prêmio Juventude, uma parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude (Secretaria-Geral da Presidência da República), o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com o tema “Juventude e Políticas Públicas”, a iniciativa vai premiar artigos e redações com análises e propostas de políticas para os jovens.

O objetivo do prêmio é estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas relacionados à juventude e políticas públicas. Dividido em três categorias, o prêmio é voltado a pessoas que estão cursando ou já concluíram o ensino médio, a faculdade ou a pós-graduação. Os prêmios variam de R\$ 2 mil a R\$ 10 mil. A solenidade de premiação será realizada durante a 58ª Reunião Anual da SBPC, em 19 de julho de 2006.

Os primeiros colocados de cada categoria receberão a “Comenda Juventude” e dez exemplares da coletânea dos artigos e redações vencedoras. Segundo Regina Novaes, secretária-adjunta da SNJ e presidente do Conselho Nacional de Juventude, “a produção científica e tecnológica e o sistema de ensino devem estar inseridos no processo de transformação em curso no País”. Para ela, o Prêmio Juventude é importante para aproximar a produção do conhecimento científico com a consolidação das políticas públicas de juventude”.

Os artigos podem abordar tanto ações setoriais como educação, trabalho, saúde, arte e cultura, segurança, esporte, lazer, meio ambiente, jovens no meio rural, etc., quanto ações voltadas aos segmentos juvenis expostos a riscos sociais, a preconceitos e discriminação de gênero, raça, etnia, jovens com deficiência, diversidade de orientação sexual. Também podem ser apresentadas dissertações que analisem experiências de convivência e integração de programas desenvolvidos em um mesmo espaço territorial, que reúnam diferentes ações e que promovam a participação cidadã.

Regina Novaes esclarece que os trabalhos não precisam se restringir a experiências exitosas. Segundo ela, “as análises podem apontar também para espaços não contemplados nas políticas de juventude, desde que o tema das políticas públicas esteja presente nas reflexões da redação apresentada”.

Inscrições: A inscrição é de caráter individual e deverá ser enviada para o seguinte endereço: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Serviço de Prêmios – SEPN 507, sala 207, Brasília/DF, CEP: 70740-901. O edital do prêmio e outras informações estão disponíveis no [site www.juventude.cnpq.br](http://www.juventude.cnpq.br).

CATEGORIAS E PREMIAÇÃO

Categoria Pós-Graduação:

- 1º lugar – R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 2º lugar – R\$ 8.000,00 (oito mil reais).
- 3º lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Categoria Graduação:

- 1º lugar – R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
- 2º lugar – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).
- 3º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Categoria Ensino Médio:

- 1º lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
- 2º lugar – R\$ 3.000,00 (três mil reais).
- 3º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

